

Ritmo Logística S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º
80410-180 - Curitiba, PR - Brasil
Caixa Postal 13533
80420-990 - Curitiba, PR - Brasil

Central Tel 55 (41) 3544-4747
Fax 55 (41) 3544-4750
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ritmo Logística S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Ritmo Logística S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ritmo Logística S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e as demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas da Ritmo Logística S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 25 de fevereiro de 2015, sem modificação.

Curitiba, 16 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Marcello Palamartchuk
Contador/CRC 1PR049038/O-9

Ritmo Logística S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2015	2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	45.366	40.160	Fornecedores		6.854	5.604
Contas a receber de clientes	6	23.425	35.538	Financiamentos	11	9.137	10.297
Estoques		61	54	Salários e encargos sociais	12	2.648	3.631
Impostos a recuperar	7	1.513	2.503	Impostos a recolher	13	1.394	2.117
Despesas antecipadas		448	233	Outros passivos		<u>20</u>	<u>96</u>
Adiantamentos a fornecedores		65	-			<u>20.053</u>	<u>21.745</u>
Outros ativos		<u>156</u>	<u>-</u>				
		<u>71.034</u>	<u>78.488</u>	Não circulante			
Não circulante				Financiamentos	11	16.141	23.553
Empréstimos a partes relacionadas	8	-	503	Impostos diferidos	14	5.107	1.522
Depósitos judiciais		1.252	278	Provisão para contingências	21	<u>4.189</u>	<u>2.299</u>
Impostos a recuperar	7	3.447	3.357			<u>25.437</u>	<u>27.374</u>
Investimentos		45	-	Patrimônio líquido			
Intangível	10	1.781	1.897	Capital social	15	82.401	87.198
Imobilizado	9	<u>59.337</u>	<u>58.447</u>	Reservas de lucros		<u>9.005</u>	<u>6.653</u>
		<u>65.862</u>	<u>64.482</u>			<u>91.406</u>	<u>93.851</u>
		<u>136.896</u>	<u>142.970</u>			<u>136.896</u>	<u>142.970</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rítmo Logística S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Operações continuadas			
Receita operacional líquida	16	212.195	226.067
Custo dos serviços prestados	17	<u>(192.303)</u>	<u>(211.162)</u>
Lucro bruto		19.892	14.905
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	17	(11.165)	(11.714)
Outras receitas operacionais, líquidas	19	<u>2.310</u>	<u>1.928</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>11.037</u>	<u>5.119</u>
Receitas financeiras	18	3.984	3.507
Despesas financeiras	18	<u>(3.564)</u>	<u>(9.715)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>420</u>	<u>(6.208)</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>11.457</u>	<u>(1.089)</u>
Imposto de renda e contribuição social	14		
Correntes		(370)	-
Diferidos		<u>(3.585)</u>	<u>363</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u><u>7.502</u></u>	<u><u>(726)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ritmo Logística S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	7.502	(726)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>7.502</u></u>	<u><u>(726)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ritmo Logística S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção		
Em 1º de janeiro de 2014		87.198	496	6.883	-	94.577
Prejuízo do exercício		-	-	-	(726)	(726)
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	(726)	726	-
Em 31 de dezembro de 2014		87.198	496	6.157	-	93.851
Redução de capital	15	(4.797)	-	-	-	(4.797)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	7.502	7.502
Destinações:						
Constituição de reserva legal		-	375	-	(375)	-
Distribuição de dividendos	15	-	-	(5.150)	-	(5.150)
Constituição de retenção do lucro		-	-	7.127	(7.127)	-
Em 31 de dezembro de 2015		<u>82.401</u>	<u>871</u>	<u>8.134</u>	<u>-</u>	<u>91.406</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ritmo Logística S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	11.457	(1.089)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	4.114	11.138
Lucro na venda de imobilizado	(2.052)	(1.492)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(98)	3.035
Provisão para contingências	1.890	1.807
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	12.211	9.678
Estoques	(7)	11
Impostos a recuperar	900	(1.597)
Partes relacionadas	503	(425)
Adiantamentos a fornecedores	(65)	393
Despesas antecipadas	(215)	(66)
Outros ativos	(1.175)	1.305
Fornecedores	1.250	(1.461)
Impostos a recolher	(723)	1.164
Salários e encargos sociais	(983)	(467)
Outros passivos	(76)	99
Imposto de renda e contribuição social pagos	(370)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>26.561</u>	<u>22.165</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(6.030)	(6.667)
Receita na venda de imobilizado	4.592	4.721
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(1.438)</u>	<u>(1.946)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(8.646)	(6.260)
Liquidação de juros dos empréstimos e financiamentos	(1.324)	(1.692)
Distribuição de dividendos	(5.150)	(1.481)
Redução de capital	(4.797)	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	<u>(19.917)</u>	<u>(9.433)</u>
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa	5.206	10.786
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>40.160</u>	<u>29.374</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u><u>45.366</u></u>	<u><u>40.160</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Ritmo Logística S.A. ("Companhia" ou "Ritmo") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na rua João Kalinowski, 170 Curitiba - PR. Tem como atividade preponderante a prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas gerais e perigosas, em veículos próprios ou de terceiros.

Em 1º de julho de 2011, a Companhia foi formada a partir da parceria entre os seus acionistas ALL - América Latina Logística S.A. e Ouro Verde Transporte e Locação S.A. e consolida as operações de logística rodoviária destes seus acionistas. A composição acionária divide-se na proporção de 65% para a acionista ALL - América Latina Logística Intermodal S.A. e 35% para a acionista Ouro Verde Transporte e Locação S.A.

Em 30 de abril de 2013 a Ouro Verde Transporte e Locação S.A. transferiu a totalidade de sua participação na Ritmo Logística S.A. (35% do capital votante) para sua holding Novo Oriente Participações Ltda.

Em 30 de março de 2015 a Novo Oriente Participações Ltda. celebrou contrato de compra de ações da Companhia com a ALL - América Latina Logística Intermodal S.A., para adquirir a totalidade de suas ações (65%) passando a ser detentora de 100% das ações da Ritmo Logística S.A.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram autorizadas para emissão pela diretoria em 16 de março de 2016.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

b. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.3 Instrumentos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

b. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

d. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

e. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

f. Financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.3.3 *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3.4 *Impairment de ativos financeiros*

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.3.5 *Impairment de ativos não financeiros*

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico (vide Nota 9), menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Itens do imobilizado	2015	2014
Edificações	25	25
Cavalos mecânicos	7 a 8	5 a 7
Carretas e equipamentos	9 a 10	7 a 8
Móveis e utensílios	10	10
Equipamentos de informática	5	5
Outros	5	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos / perdas, líquidos" na demonstração do resultado.

2.5 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.6 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.7 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

2.8 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Serviços prestados

As receitas de serviços de transporte são reconhecidas à medida que os serviços correlatos são prestados e possam ser medidos de forma confiável, dentro de critérios previstos contratualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

2.9 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber de clientes e variação cambial.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre financiamentos, e variação cambial.

2.10 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

2.11 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.12 Novas normas e interpretações não adotadas

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A sua adoção antecipada, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e também não foi adotada pela Companhia.

O IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”, aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 – “Receita de contratos com Clientes”. O princípio fundamental da nova norma é que as Companhias reconheçam a receita para retratar a transferência de bens ou serviços a clientes nos montantes que refletem a contraprestação (ou seja, o pagamento), ao qual a Companhia espera ter direito em troca de tais bens ou serviços. O novo padrão também irá resultar em divulgações sobre a receita, fornecer orientações para as operações que não foram previamente tratados de forma abrangente (por exemplo, a receita de serviços e contratos de modificações) e melhorar a orientação para contratos de vários elementos. Em maio de 2014 o IASB emitiu o IFRS 15, com vigência a partir dos exercícios anuais iniciados em/ou a partir de 1º de janeiro de 2018.

Alterações aos IAS 16 e IAS 38, referente a esclarecimentos sobre a metodologia aceitável de depreciação e amortização. As alterações do IAS 16 recomendam que as entidades utilizem o método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações sobre IAS 38 traz uma interpretação de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível. A emissão dos novos esclarecimentos foi em 12 de maio de 2014 e entrará em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Não há outras normas IFRS/CPCs ou interpretações IFRIC/ICPCs que impactem as demonstrações da Companhia de forma relevante, que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a. *Imposto de renda, contribuição social e outros impostos*

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social com base nas alíquotas vigentes. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

b. *Passivos contingentes*

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda e taxa de juros); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

Os serviços vendidos pela Companhia são predominantemente denominados em reais.

O processo de gestão de riscos de mercado tem por objetivo a proteção do fluxo de caixa da Companhia contra eventos adversos de mercado tais como oscilações de taxas de câmbio, preços de commodities e taxas de juros. A governança e as macrodiretrizes desse processo estão definidas na Política de gestão de riscos de mercado.

A Política de gestão de riscos de mercado é complementada por outras políticas, que estabelecem diretrizes e normas para: (i) Gestão de exposição cambial, (ii) Gestão de exposição a taxa de juros, (iii) Gestão de riscos de emissores e contrapartes e (iv) Gestão de liquidez e endividamento financeiro.

a. *Risco de mercado*

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras atreladas à taxa CDI e, portanto, sensíveis às mudanças da mesma no mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de financiamentos de longo prazo. Os financiamentos emitidos às taxas fixas e variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os financiamentos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

b. Risco de crédito

A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata tendo como contraparte instituições financeiras que apresentam *ratings* de crédito superiores a "A", por consequência minimizando o risco.

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, a Companhia avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, adicionalmente, define limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados. A Companhia reconhece provisão para deterioração do saldo a receber de clientes, sempre que necessário.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a política de gestão de liquidez e endividamento, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional.

O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2015				
Financiamentos	9.137	6.759	8.549	833
Fornecedores e outras obrigações	10.916	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2014				
Financiamentos	10.297	9.920	13.452	181
Fornecedores e outras obrigações	11.448	-	-	-

d. Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

A Companhia possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	2015		2014	
	Dólares norte- -americanos	Reais (*)	Dólares norte- -americanos	Reais (**)
Ativo				
Contas a receber de clientes	269	1.050	525	1.395
Exposição líquida	269	1.050	525	1.395

(*) Considera a taxa de 3,9048 cotada em 31/12/2015.

(**) Considera a taxa de 2,6562 cotada em 31/12/2014.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	2015	2014
Total dos financiamentos (Nota 10)	(25.278)	(33.850)
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	45.366	40.160
Caixa líquido	20.088	6.310
Total do patrimônio líquido	91.406	93.851
Total do capital	111.494	100.161

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

a. Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

b. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e juros incorridos, apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa e bancos	14.821	2.087
Aplicações financeiras	(i) 30.545	38.073
	45.366	40.160

- (i) As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários (CDB's) remunerados a taxa de 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e apresentam liquidez imediata.

6 Contas a receber de clientes

	2015	2014
No país	26.273	36.480
Partes relacionadas (Nota 8)	152	1.811
No exterior	1.050	1.395
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(4.050)</u>	<u>(4.148)</u>
	<u>23.425</u>	<u>35.538</u>

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

A necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD é avaliada tomando como base a situação de cada título vencido, quando aplicável.

		Saldo vencido							
Exercícios	Saldo a vencer	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	> 181 dias	Provisão para perda	Total	
31/12/15	22.357	841	70	36	121	4.050	(4.050)	23.425	
31/12/14	31.658	1.773	1.003	806	298	4.148	(4.148)	35.538	

7 Impostos a recuperar

	2015	2014
Ativo circulante		
INSS a recuperar	-	39
CSLL a recuperar	98	133
IRPJ a recuperar	277	212
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	633	663
ICMS a recuperar (*)	<u>505</u>	<u>1.457</u>
	<u>1.513</u>	<u>2.503</u>
Ativo não circulante		
ICMS a recuperar (*)	<u>3.447</u>	<u>3.357</u>
	<u>4.960</u>	<u>5.860</u>

(*) Substancialmente o saldo de ICMS é referente aos créditos desse tributo sobre compra de ativos e será apropriado em 48 meses.

8 Partes relacionadas

a. Saldos e transações

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas e, as quais estão descritas a seguir:

	2015		2014	
	Contas a receber	Mútuos ativo não circulante	Contas a receber	Mútuos ativo não circulante
América Latina Logística Intermodal S.A.	-	-	1.811	503
Ouro Verde Revenda Ltda.	152	-	-	-
	<u>152</u>	<u>-</u>	<u>1.811</u>	<u>503</u>

Os contratos de mútuos destacados acima não possuem incidência de juros e data de vencimento.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração é composto pela diretoria. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 1.120 (R\$ 1.111 em 2014). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

9 Imobilizado

a. Composição

	2015			2014	% Taxas médias ponderadas anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Benfeitorias em bens de terceiros					
Edificações	1.611	(152)	1.459	1.334	4%
Imobilizado próprio em operação					
Cavalos mecânicos (caminhões)	31.894	(8.050)	23.844	24.786	8%
Carretas e equipamentos	44.931	(11.721)	33.210	31.491	8%
Móveis e utensílios	316	(48)	268	225	10%
Equipamentos de informática	875	(411)	464	598	20%
Outros	95	(3)	92	13	20%
	<u>79.722</u>	<u>(20.385)</u>	<u>59.337</u>	<u>58.447</u>	

O valor total de ativos financiados oferecidos em garantia em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 25.278 (R\$ 33.850 em 31 de dezembro de 2014).

b. Movimentação

Imobilizado

Classes do imobilizado	2013	Movimentação até 31 de Dezembro de 2014			2014
	Líquido	Aquisições	Baixas	Depreciação do exercício	Líquido
Cavalos mecânicos	27.811	4.702	(2.199)	(5.528)	24.786
Carretas e Equipamentos	29.098	5.991	(3.110)	(3.101)	31.491
Móveis e Utensílios	53	183	-	(11)	225
Edificações	649	730	-	(45)	1.334
Equipamentos de Informática	266	445	-	(113)	598
Outros	2627	-	-	(1)	13
	<u>60.504</u>	<u>12.051</u>	<u>(5.309)</u>	<u>(8.799)</u>	<u>58.447</u>
	2014	Movimentação até 31 de dezembro de 2015			2015
Classes do imobilizado	Líquido	Aquisições	Baixas	Depreciação do exercício	Líquido
Cavalos mecânicos (caminhões)	24.786	2.702	(1.277)	(2.367)	23.844
Carretas e equipamentos	31.491	4.123	(1.262)	(1.142)	33.210
Móveis e utensílios	225	73	-	(30)	268
Edificações	1.334	185	-	(60)	1.459
Equipamentos de informática	598	39	(1)	(172)	464
Outros	13	82	-	(3)	92
	<u>58.447</u>	<u>7.204</u>	<u>(2.540)</u>	<u>(3.774)</u>	<u>59.337</u>

c. Revisão e ajuste da vida útil estimada

A Companhia ao final de cada exercício social revisa a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado.

Mudança na estimativa relacionada à depreciação de cavalos mecânicos e carretas

No início do exercício de 2015 a Companhia realizou um estudo sobre o valor residual esperado na venda de cavalos mecânicos e carretas. Como resultado, houve alteração na vida útil destes bens, o que gerou um efeito aproximado de R\$ 4,3 milhões de redução na despesa de depreciação no exercício em função da alteração das taxas de depreciação.

10 Intangível

a. Composição

	2015		2014		% Taxas médias anuais de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Intangível					
Direitos de software	1.746	(748)	998	1.114	20%
Marcas e patentes	783	-	783	783	
	<u>2.529</u>	<u>(748)</u>	<u>1.781</u>	<u>1.897</u>	

b. Movimentação

	<u>2014</u>	<u>Movimentação até 31 de dezembro de 2015</u>			<u>2015</u>
	Líquido	Aquisições	Baixas	Amortização do exercício	Líquido
Classes do intangível					
Direitos de software	1.114	224	-	(340)	998
Marcas e patentes	783	-	-	-	783
	<u>1.897</u>	<u>224</u>	<u>-</u>	<u>(340)</u>	<u>1.781</u>

11 Financiamentos

Os saldos mantidos como financiamentos, em moeda nacional, são referentes, substancialmente, a captação de FINAME para aquisição de implementos rodoviários com prazo de vencimento de 60 meses.

Modalidade	<u>Encargos anuais médios ao ano (%)</u>		<u>Passivo circulante</u>		<u>Passivo não circulante</u>		<u>Total</u>	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Em moeda nacional								
Finame	5,27%	5,09%	8.938	10.206	15.367	23.401	24.305	33.607
Leasing	13,12%	12,33%	173	91	687	152	860	243
Consórcio	2,0%	-	26	-	87	-	113	-
			<u>9.137</u>	<u>10.297</u>	<u>16.141</u>	<u>23.553</u>	<u>25.278</u>	<u>33.850</u>

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimento da dívida no não circulante

	2015	2014
2016	-	9.920
2017	6.759	7.573
2018	4.532	3.921
2019	2.050	998
2020	1.967	960
2021	713	181
2022	68	-
2023	52	-
	<u>16.141</u>	<u>23.553</u>

Os financiamentos estão garantidos pelos próprios bens financiados.

12 Salários e encargos sociais

Os saldos mantidos como salários e encargos sociais são referentes a provisões trabalhistas e encargos previdenciários.

	2015	2014
Férias a pagar	2.104	2.013
FGTS	189	202
INSS	251	328
PPR - Participação nos lucros	104	1.057
Outros	-	31
	<u>2.648</u>	<u>3.631</u>

13 Impostos a recolher

	2015	2014
ICMS	655	960
COFINS	225	624
PIS	48	135
IRRF	143	149
ISS	5	2
Outros	318	247
	<u>1.394</u>	<u>2.117</u>

14 Imposto de renda e contribuição social

a. Diferidos

Os ativos e os passivos tributários diferidos representam prejuízos fiscais e diferenças temporárias de imposto de renda e de contribuição social compensáveis ou tributáveis no futuro. Eles são calculados e classificados com base em projeções de realização e rentabilidade futura da Companhia.

A origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos é apresentada a seguir:

	2015	2014
Ativo		
Diferenças temporárias		
Prejuízo fiscal	1.055	1.224
Provisão PPR	89	404
Provisão contingências	1.424	781
Outros	114	27
	<u>2.682</u>	<u>2.436</u>
Passivo		
Diferenças temporárias		
Ajustes de vida útil imobilizado (depreciação) - CPC 27	(7.789)	(3.958)
	<u>(5.107)</u>	<u>(1.522)</u>
Líquido	<u>(5.107)</u>	<u>(1.522)</u>

b. Conciliação da alíquota efetiva

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	2015	2014
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	11.457	(1.089)
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(3.895)	370
IRPJ e CSLL s/ adições ou exclusões permanentes	60	7
IRPJ e CSLL no resultado	<u>(3.955)</u>	<u>363</u>

	2015	2014
Impostos correntes	(370)	-
Impostos diferidos	(3.585)	363

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 é representado por 55.496.019 (55.496.019 em 2014) ações que representam o valor de total de R\$ 82.401 (R\$ 87.198 em 2014).

Em 30 de outubro de 2015 houve aprovação, em ata da Assembleia Geral Extraordinária, de redução de capital da companhia, nos termos do artigo 173 da Lei 6 404/76, de RS 87.198 para RS 82.401, uma redução portanto, no valor de RS 4.797.

b. Reserva legal

Constituída à razão de 5% quando da apuração de lucro líquido no exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

O Estatuto Social em vigor determina a distribuição aos acionistas de um dividendo mínimo obrigatório de 25% quando apurado lucro líquido no exercício, conforme o parágrafo segundo, artigo 260, do Estatuto Social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei no 6.404/76. Em 30 de novembro de 2015, houve aprovação da destinação antecipada dos dividendos aos acionistas, em ata de Reunião da Diretoria, no montante de R\$ 5.150.

16 Receita operacional líquida

	2015	2014
Serviços prestados		
Receita de transporte nacional	241.723	252.529
Receita de transporte internacional	13.148	14.102
Receita de serviços	1.488	5.726
Receita de locação	381	204
	<u>256.740</u>	<u>272.561</u>
Deduções		
Impostos sobre as receitas de serviços prestados	(44.407)	(45.472)
Devoluções e abatimentos	(138)	(1.022)
	<u>(44.545)</u>	<u>(46.494)</u>
	<u>212.195</u>	<u>226.067</u>

17 Custo dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

	2015	2014
Contrato de transporte (*)	86.334	91.559
Salários e adicionais	31.705	34.272
Consumo de combustíveis	40.669	41.980
Pedágios	8.437	8.570
Manutenção e conservação	7.751	8.175
Despesas de viagens	5.464	5.433
Serviços de terceiros	4.046	4.410
Encargos sociais	3.139	3.086
Consumo de pneus	3.460	3.277
Serviços de rastreamento	2.718	2.008
Aluguéis	1776	1.886
Seguros	982	425
Depreciações	4.114	11.138
Outros	2.873	6.657
	<u>203.468</u>	<u>222.876</u>

Reconciliação dos custos e despesas operacionais por função:

	2015	2014
Custo dos serviços prestados	192.303	211.162
Despesas gerais e administrativas	11.165	11.714
	<u>203.468</u>	<u>222.876</u>

(*) O contrato de transporte é o documento de contratação de terceiros para realização de serviços de fretes. O pagamento deste serviço é realizado por meio eletrônico administrado por Companhia homologada pela ANTT.

18 Resultado financeiro líquido

	2015	2014
Juros passivos	(1.817)	(2.167)
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(143)	(95)
Despesa bancária	(4)	(1.523)
PIS / COFINS sobre receitas financeiras	(118)	-
Descontos concedidos	(1.482)	(5.930)
	<u>(3.564)</u>	<u>(9.715)</u>
Receitas sobre aplicações financeiras	3.938	3.431
Outros	46	76
	<u>3.984</u>	<u>3.507</u>
	<u>420</u>	<u>(6.208)</u>

19 Outras receitas operacionais, líquidas

	2015	2014
Lucro na venda de imobilizado	2.052	1.492
Outras	258	436
	<u>2.310</u>	<u>1.928</u>

20 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

2015			
	Passivos financeiros ao custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Saldo contábil/ valor justo
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	45.366	45.366
Contas a receber de clientes	-	23.425	23.425
Passivos			
Fornecedores	6.854	-	6.854
Financiamentos	25.278	-	25.278
2014			
	Passivos financeiros ao custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Saldo contábil/ valor justo
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	40.160	40.160
Contas a receber de clientes	-	35.538	35.538
Passivos			
Fornecedores	5.604	-	5.604
Financiamentos	33.850	-	33.850

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

- Contas a receber - decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menor que 90 dias);
- Financiamentos e fornecedores - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes passivos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado.

21 Contingências

A Companhia é parte em ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como prováveis e possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. O valor total das ações classificadas como prováveis em 31 de dezembro de 2015 para as quais há provisão constituída é de R\$ 4.189 (R\$ 2.299 em 31 de dezembro de 2014). O valor total das ações classificadas como possíveis em 31 de dezembro de 2015 para as quais não há provisão constituída é de R\$ 5.297 (R\$ 2.296 em 31 de dezembro de 2014).

	2014	Adições	2015
Ações trabalhistas	2.273	1.890	4.163
Ações cíveis	26	-	26
	2.299	1.890	4.189

22 Transações que não envolvem caixa

A Companhia efetuou aquisição de imobilizado e intangível à prazo, no montante de R\$ 1.398 (R\$ 5.501 em 2014) que não envolveram caixa e, portanto não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

23 Cobertura de seguros

De acordo com a política corporativa de gestão de seguros da Companhia, são contratados diferentes tipos de apólices de seguros, tais como seguros de riscos operacionais e responsabilidade civil, proporcionando proteção para danos a terceiros.

A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil para suas operações com coberturas e condições, consideradas pela administração, adequadas aos riscos inerentes.

Ramo	Cobertura por eventos	Importância segurada	Vigência
Riscos operacionais rodoviários	Danos ambientais e responsabilidade cível	1.000	31/07/2015 a 31/07/2016
Riscos operacionais rodoviários	Danos materiais e pessoais a terceiros - internacional	500	12/05/2015 a 12/05/2016
Riscos operacionais rodoviários	Danos materiais e pessoais a terceiros - nacional	500	31/08/2015 a 29/02/2016
Riscos operacionais rodoviários	Roubo e sinistros de cargas internacionais	1.500	31/08/2015 a 29/02/2016
Riscos operacionais rodoviários	Roubo e sinistros de cargas nacionais	1.500	31/08/2015 a 29/02/2016
Riscos administrativos	Responsabilidade cível de administradores	15.000	07/10/2015 a 07/10/2016

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

* * *